

RECURSO ESPECIAL Nº 1.393.791 - PR (2013/0225381-0)

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
RECORRENTE : HENRIQUE KUGLER NETO E OUTRO
ADVOGADO : SÉRGIO URUBATAO FERNANDES MEIRA - PR021219
RECORRIDO : UNIÃO
INTERES. : AOR PAULO DE ALMEIDA E OUTRO
ADVOGADO : DANIEL GILBERTO LEMOS PEREIRA - PR025947

DECISÃO

Trata-se de recurso especial por HENRIQUE KUGLER NETO e OUTRO, com fulcro nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal Federal da 4ª Região assim ementado (e-STJ fl. 1.482):

ADMINISTRATIVO. REINTEGRAÇÃO DE POSSE. IMÓVEIS SITUADOS EM TERRENO DE MARINHA. AUSÊNCIA DE OFENSA AOS PRINCÍPIOS DA CONGRUÊNCIA E DA IDENTIDADE FÍSICA DO JUIZ.

'NOTIFICAÇÃO PARA DESOCUPAÇÃO NÃO ATENDIDA. LIMINAR CONCEDIDA E MANTIDA EM SEDE DE SENTENÇA. LEGALIDADE DA DEMARCAÇÃO DO PREAMAR.

1. A sentença que reconhece o direito de a União reintegrar-se na posse de imóvel de sua titularidade não se apresenta extra petita.
2. A remoção, promoção e transferência de juízes federais não ofende o princípio da identidade física do juiz, situação na qual a sentença será prolatada pelo sucessor na titularidade ou substituição no juízo.
3. Os terrenos de marinha, cuja origem remonta à época do Brasil-Colônia, são bens públicos dominicais de propriedade da União e estão previstos no Decreto-lei 9.760/46.
4. O procedimento de demarcação dos terrenos de marinha produz efeito meramente declaratório da propriedade da União sobre as áreas demarcadas.
5. A presunção de legitimidade do ato administrativo incumbe ao ocupante o ônus da prova de que o imóvel não se situa em área de terreno de marinha.
6. Notificado o ocupante do imóvel situado em terreno de marinha, mostra-se factível o ajuizamento de ação de reintegração de posse, considerado o ato de ocupação típico esbulho, ausente autorização do ente público.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (e-STJ fls. 1.521/1.536).

Nas suas razões, os recorrentes apontam, além de divergência jurisprudencial, ofensa aos arts. 165, 327, 328, 329, 330, 333 e 535, II, do Código de Processo Civil/1973, c/c o art. 37 e 93, IX, da Constituição Federal.

Alegam, preliminarmente, negativa de prestação jurisprudencial, visto que o Tribunal de origem deixou de se manifestar sobre questões relevantes ao deslinde da controvérsia, quais sejam: a) invalidade do processo de demarcação do terreno de marinha; b) ausência de descrição da área sobre a qual a União vindica a declaração de domínio (localização, metragem, extensões e confrontações); c)

Superior Tribunal de Justiça

necessidade de produção de prova testemunhal e pericial; d) direito à usucapião extraordinária; e) observância das regras da Lei Imperial 601/1850 e seu regulamento 1.318/1854 e da Lei Estadual 68/1885; f) o modo como será efetivada a desocupação do imóvel.

Quanto ao mérito, sustentam a nulidade do processo demarcatório da linha de preamar de 1831, por ausência de intimação pessoal dos moradores da região, inclusive dos antecessores dos ora recorrentes, bem como a inexistência de prova demonstrando que área *sub judice* ostenta a condição de terreno de marinha ou que foi declarada como de proteção/conservação ambiental e, ainda, a ocorrência de cerceamento de defesa, em face do indeferimento da prova pericial requerida.

Aduzem que "as suas ocupações não causam nenhum gravame ao meio ambiente, urbanização das cidades e não impede de maneira alguma o acesso de usuários à areia da praia, pois seu imóvel dista mais de 150 metros da maior batente da maré", afirmando que compete ao município o ordenamento territorial e urbanístico e, no caso, não há nenhuma limitação ao direito de propriedade, na forma das Leis 6.938/81 e 7.804/89 e Decretos 89.336/84, 6.902/81 e 5.197/67, entre outros.

Contrarrazões às e-STJ fls. 1.594/1.605.

Juízo positivo de admissibilidade às e-STJ fls. 1.606/1.609.

O Ministério Público manifestou-se pelo provimento do recurso.

Passo a decidir.

Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo 2).

Feita essa anotação, impõe-se afastar, desde logo, a indigitada ofensa aos arts. 165 e 535 do CPC/1973, visto que o acórdão impugnado apreciou fundamentadamente a controvérsia, apontando as razões de seu convencimento, não se vislumbrando, na espécie, nenhuma contrariedade da norma invocada.

Ademais, consoante entendimento jurisprudencial pacífico, o órgão julgador não está obrigado a se manifestar sobre todos os argumentos levantados pelas partes para expressar a sua convicção, notadamente quando encontrar motivação suficiente ao deslinde da causa.

Nesse sentido: AgRg no AREsp 750.650/RJ, Relator Ministro HUMBERTO MARTINS, Segunda Turma, DJe 30/9/2015; AgRg no AREsp 493.652/RJ, Relator Ministro SÉRGIO KUKINA, Primeira Turma, DJe 20/6/2014.

Superior Tribunal de Justiça

No pertinente aos indicados arts. 37 e 93, IX, da Constituição Federal da Constituição da República, cumpre salientar que o recurso especial não é remédio processual adequado para conhecer de irresignação fundada em suposta afronta a preceito constitucional, sendo essa atribuição da Suprema Corte, em sede de recurso extraordinário (art. 102, III, da CF).

Quanto à Lei Imperial 601/1850, regulamentada pelo Decreto 1.318/1854, e à Lei Estadual 68/1885, observa-se que a pretensão recursal não merece prosperar, uma vez que os recorrentes não particularizaram o dispositivo de lei federal supostamente contrariado ou interpretado de maneira divergente pela Corte *a quo*, circunstância que revela a deficiência de sua fundamentação, justificando a incidência da Súmula 284 do STF.

Registre-se que a ausência de indicação do dispositivo infraconstitucional tido por violado impede o conhecimento do recurso especial tanto pela alínea "a", quando pela alínea "c" do permissivo constitucional.

A propósito, trago os seguintes precedentes: AgRg no AREsp 635.592/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Segunda Turma, julgado em 24/02/2015, DJe 02/03/2015; AgRg no REsp 1.294.297/PR, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, Primeira Turma, julgado em 03/03/2015, DJe 11/03/2015.

No que diz respeito à necessidade de produção de prova pericial/testemunhal ou à ocorrência de cerceamento de defesa, a Corte Regional rechaçou as teses de defesa, no ponto, sob os seguintes fundamentos (e-STJ fls. 1.471/1.472):

Os réus insurgiram-se contra a decisão de fls. 858 e 865, a qual indeferiu o pedido de nova perícia e pedido de esclarecimentos ao Sr. Perito.

Aduziram os agravantes, a falta de medição *in loco* da distância real entre o bem e a maré e a imprestabilidade da demarcação do Serviço de Patrimônio da União.

Consoante se verifica dos autos (fls. 301) a LPM/1831 na região do Balneário Shangri-lá, Município de Pontal do Paraná/PR, foi traçada e aprovada em 1985 (processo nº 0980.0060084/81-00), sem impugnação.

Com relação à demarcação procedida, deve-se esclarecer que o critério do preamar médio é o estabelecido em lei, com prerrogativa exclusiva da Secretaria do Patrimônio Público. É a SPU o órgão competente para determinar as linhas de preamar médio, consoante o art. 9º do Decreto -Lei nº 9.760/46.

Ainda, impõe-se registrar que a disciplina constitucional e infraconstitucional impõe que o domínio dos terrenos de marinha pertence à União, independentemente de registro.

(...)

Portanto, o critério utilizado para a medição é legal e foi realizado pelo órgão competente, sendo a decisão final fruto da análise do conjunto probatório, assegurado contraditório e ampla defesa, inexistindo razões para nulificar a sentença, reabrir a instrução e realizar nova perícia, nem para desconsiderar a demarcação procedida pela SPU.

Consoante jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de

Superior Tribunal de Justiça

Justiça, compete ao magistrado, como destinatário final da prova, avaliar a pertinência das diligências que as partes pretendem realizar, segundo o disposto nos arts. 130 e 420, II, do Código de Processo Civil de 1973, podendo afastar o pedido de produção de provas inúteis ou meramente protelatórias, nos termos do princípio do livre convencimento motivado.

Nessa quadra, forçoso convir que a modificação do julgado, nos moldes pretendidos, demandaria, em verdade, o reexame dos elementos de convicção postos no processo, providência incompatível com a via estreita do recurso especial, nos termos da Súmula 7 do STJ. Nesse sentido:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO OCORRÊNCIA. REVISÃO DO ENTENDIMENTO DA CORTE REGIONAL. SÚMULA 7/STJ.

1. Não se constata a violação aos arts. 330 e 332 do CPC, por suposto cerceamento do direito de defesa, pois, de acordo com a jurisprudência consagrada nesta Corte, de fato, é facultado ao julgador o indeferimento de produção probatória que julgar desnecessária para o regular trâmite do processo, sob o pálio da prerrogativa do livre convencimento que lhe é conferida pelo art. 130 do CPC, seja ela testemunhal, pericial ou documental, cabendo-lhe, apenas, expor fundamentadamente o motivo de sua decisão.

2. A alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem, tal como colocada nas presentes razões recursais, de modo a se chegar à conclusão de que seria necessária a produção de outras provas além das carreadas aos autos, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, a teor do óbice previsto na Súmula 7/STJ.

3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no REsp 1.574.755/PE, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 03/03/2016, DJe 09/03/2016).

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. JULGAMENTO ANTECIPADO SEM OITIVA DE TESTEMUNHAS. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO OCORRÊNCIA.

1. Não ocorre cerceamento de defesa quando o magistrado entende que a prova acostada aos autos se mostra suficiente para dirimir a controvérsia, considerando desnecessária a oitiva de testemunhas.

2. A jurisprudência desta Corte Superior é no sentido de que "o magistrado é o destinatário da prova, competindo às instâncias ordinárias exercer juízo acerca da suficiência das que foram produzidas, nos termos do art. 130 do CPC. A avaliação tanto da suficiência dos elementos probatórios, que justificaram o julgamento antecipado da lide (art. 330, I, do CPC), quanto da necessidade de produção de outras provas demandaria a incursão em aspectos fático-probatórios dos autos, inviável, portanto, em recurso especial (Súmula 7/STJ)" (AgRg no REsp 1.449.368/SP, Rel. Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe 27/8/2014).

3. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 1.016.498/PR, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/05/2017, DJe 19/05/2017).

Outrossim, cumpre registrar que os recorrentes não indicaram nenhum dispositivo de lei federal para embasar a tese de necessidade de intimação

peçoal dos interessados no procedimento administrativo de demarcação de terreno de marinha. Essa circunstância atrai a aplicação da Súmula 284 do STF.

Quanto ao mais, observa-se que o Tribunal de origem, ao analisar as circunstâncias fáticas da causa, concluiu que a área objeto da lide se encontra situada em terras de marinha, sendo impossível a aquisição da propriedade por intermédio do instituto da usucapião, ainda que seja apenas do domínio útil, em face da vedação constitucional, mantendo, por conseguinte, sentença que julgou procedente a reintegração de posse em favor da União.

Para melhor compreensão da controvérsia, transcrevo os seguintes trechos do aresto recorrido (e-STJ fl. 1.473 – grifos acrescidos):

Sobre a alegada ausência de descrição da área objeto da reintegração de posse. Mérito A v. sentença assim conclui:

Apesar da longa tramitação, a questão não é de difícil deslinde. **O laudo pericial de fls. 473-781, bem como os respectivos esclarecimentos, não deixaram dúvidas acerca da localização dos terrenos que efetivamente, estão em área de marinha.** Tenha-se da resposta ao quesito (fls. 500):

"O imóvel possuído pelos requeridos Henrique Kugler Neto e sua mulher são atingidos por terrenos de marinha, medidos após 33 metros da linha de preamar média de 1.831?

Resposta: Sim, em se considerando o atualmente demarcado pela DPU, cujo processo foi concluído em 1986 (fls. 363), dos autos, os imóveis objeto da presente lide encontram-se dentro da LPM de 1831, ou seja, na área' compreendida antes da -linha de 33 m (trinta e três metros) que caracteriza a denominada linha de terreno da marinha (LTM)". (grifei)

O laudo pericial gerou alguma polêmica por ter tecido considerações .acerca da confiabilidade da demarcação efetuada pela União. Esse questionamento foi lançado pela tese de doutoramento já referida no relatório, a qual explicita dificuldades e equívocos para se precisar exatamente a localização da LPM.

Considero, contudo, que a tese do professor Obedé, apesar de interessante do ponto de vista acadêmico, é insuficiente para infirmar o trabalho realizado pela União, o qual, na condição de ato administrativo, goza de presunção de legitimidade. Ademais, a LPM, tal como demarcada pela União, vem sendo utilizada como parâmetro válido em todos os processos relativos a terrenos de marinha que tramitam pela Justiça .Federal, sem que se haja vislumbrado elementos mais fortes para sua contestação. A tese, ao menos por hora, permanece no âmbito acadêmico.

Em esclarecimentos, o culto perito reiterou seu entendimento, afirmando (fls.

822) que "os imóveis objeto da presente lide encontram-se dentro da LPM de 1831". E acrescenta: "apenas foi ressaltado que entende este Perito não ter sido plenamente esclarecido (sic) os critérios adotados pelo SPU para a demarcação da LPM 1831 e a LTM na região de Pontal do Sul e que, segundo os critérios do Dr. Obéde Pereira de Lima, pode existir erro na demarcação das citadas linhas, o que, até prova em contrário, não invalida os trabalhos efetuados pela SPU". (grifei)

(...)

Também, ficou consignado no laudo que a apropriação particular a as construções existentes no terreno dificultam o trânsito em direção à praia.

(...)

Do que foi visto, decorre claramente que o Decreto-lei nº 9.760/46, ao dispor sobre os bens imóveis da União, apenas reconheceu critério já consagrado para a definição de "terrenos de marinha", em nada inovando com prejuízo indevido aos ocupantes dessas terras. Ressalve-se que, posteriormente, a Constituição Federal de 1988 também reconheceu esta propriedade, em seu art. 20, VII.

Foram trazidos aos autos provas testemunhais quanto ao tempo de ocupação dos autores, o que reputo, contudo, irrelevante. Tratando-se de bem público, não há possibilidade de reconhecimento de usucapião. Por outro lado, o aforamento exigiria um título constitutivo, concedido pela União, para o qual não basta o transcurso do tempo. Assim, o tempo de ocupação não tem, sob qualquer ângulo, o condão de deconstituir o direito da União de se reintegrar na posse dos imóveis.

Por fim, quanto ao argumento da área estar totalmente ocupada, se é certo que o desuso não revoga a lei, quanto mais a Constituição. Assim, a solução, nessa hipótese, é o ajuizamento, pela União, de ações contra todos os proprietários, não o reconhecimento da propriedade de todos. É óbvio que, se forem verdadeiros os fatos narrados pelos autores, os representantes da União omissos poderão ser responsabilizados, inclusive por improbidade administrativa. Não é esse, porém, o objeto da contenda.

Acresço.

Para reforçar a sentença proferida e atento à alegação recursal, lançada desde a contestação, dizendo com a inépcia da inicial por ausência de identificação da área, tenho que referida insurgência não tem guarida.

As fotos juntadas aos autos bem ainda, o croqui de fl. 19 e as conclusões do laudo pericial indicam encontrar a área na faixa de marinha, pois antes mesmo da linha limite da preamar média de 1831.

A manifestação acerca da identificação da área, inclusive, foi objeto, da liminar concedida e mantida após pedido de reconsideração (fls. 23 e 139) assim concluindo: Não paira dúvida quanto ao domínio da União em relação às áreas ocupadas pelos réus. Estes, inclusive, reconheceram tal aspecto no recurso administrativo que interpuseram às notificações de desocupação de fls. 10 e 11 não obstante os argumentos invocados pelos réus na órbita administrativa, a utilização do imóvel pertencente à União só é possível com o consentimento da autoridade responsável, mediante permissão, cessão ou concessão de uso, o que não é o caso dos autos. **Os réus foram notificados em 12 de dezembro de 1999 para desocuparem os imóveis e não o fizeram. Tenho, pois, como devidamente respeitado o prazo de noventa dias a que alude o art. 89, par. 3º, letra "a", cuja observância é determinada pelo artigo 132 do Decreto 9.760/46.**

Assim, é da UNIÃO a propriedade dessas áreas, a teor do artigo 20, VII, da Constituição da República e dos artigos 2º e 3º do Decreto-lei nº 9.760/1946, verbis:

(...)

Como se pode observar, por força da Constituição da República, os terrenos de marinha, cuja origem remonta à época do Brasil-Colônia, são bens da UNIÃO. Costuma-se qualificá-los como bens dominicais, em relação aos quais não tem validade qualquer título de propriedade outorgado a particular. (Grifei.).

Superior Tribunal de Justiça

Relativamente à impossibilidade de aquisição de bens públicos por intermédio do instituto da usucapião, constata-se que a instância ordinária dirimiu a controvérsia utilizando-se de fundamentos constitucionais e infraconstitucionais, suficientes e autônomos à preservação do acórdão recorrido. Contudo, os recorrentes não cuidaram de interpor o devido recurso extraordinário, atraindo, assim, a incidência da Súmula 126 do STJ.

De notar, por fim, que os óbices sumulares citados impedem também o conhecimento do recurso pela divergência jurisprudencial invocada (AgInt no AREsp 398.256/RJ, Rel. Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe 10/03/2017).

Ante o exposto, com base no art. 255, § 4º, I e II, do RISTJ, CONHEÇO EM PARTE do recurso especial e, nessa extensão, NEGO-LHE PROVIMENTO. Sem arbitramento de honorários sucumbenciais recursais (art. 85, § 11, do CPC/2015), em razão do disposto no Enunciado 7 do STJ.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA
Relator